



## Senado confirma intervenção federal até dia 31 em Roraima

O interventor já em atuação é o governador eleito em outubro, Antonio Denarium, subordinado diretamente ao presidente da República. É a primeira vez que o governo federal assume totalmente um estado desde a promulgação da Constituição

**A** ratificação do decreto presidencial que determinou intervenção federal em Roraima foi aprovada ontem pelo Plenário e segue para promulgação. É a primeira vez que um estado sofre intervenção federal total desde a promulgação da Constituição de 1988. A intervenção no Rio de Janeiro, que começou no início do ano, é apenas na área da segurança pública.

O decreto determina a intervenção em Roraima até o dia 31, “com o objetivo

de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública”. O interventor, já em atuação, é o governador eleito em outubro, Antonio Denarium.

O projeto de resolução foi relatado pelo líder do governo, Romero Jucá. Ele disse que a medida é “extremamente excepcional”, porém necessária. Segundo ele, os salários dos servidores estão atrasados há três meses e os repasses obrigatórios do estado para os municípios também não estão sendo feitos. **3**



Jonas Pereira/Agência Senado

Aprovado pelo Senado, segue para promulgação o projeto que ratifica o decreto que determinou intervenção em Roraima

### Avança marco regulatório para acolhimento infantil

André Borges/Agência Brasil



Projeto pretende definir as condições mínimas para o abrigamento de crianças

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa aprovou ontem a criação do Marco Regulatório Nacional para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes. O projeto inclui parâmetros de qualidade para abrigos e determina o estímulo a programas de autonomia para abrigados em transição para a idade adulta. **6**

### Congresso acata 13 propostas de crédito para Executivo e Judiciário

Os parlamentares aprovaram em sessão conjunta 13 projetos que abrem crédito para órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário. Os textos seguem para promulgação.

Outros quatro projetos foram retirados da pauta de ontem e devem ser votados em sessão conjunta convocada para terça-feira.

Na terça, também devem

ser analisados os destaques aos projetos aprovados ontem. Estarão ainda em pauta oito vetos presidenciais.

Segundo o presidente do Senado, Eunício Oliveira, caso a Comissão Mista de Orçamento já tenha aprovado o projeto da lei orçamentária de 2019 até o momento da sessão, o texto também poderá ser votado. **5**

### Comissão aprova banco de dados sobre violência contra a mulher

A Comissão de Direitos Humanos aprovou ontem projeto que cria a Política Nacional de Informações Relacionadas à Violência contra as Mulheres. As mudanças feitas pela Câmara no projeto foram rejeitadas pelos senadores.

Baseada em uma iniciativa bem-sucedida no Piauí, caberá à política nacional sistematizar os dados estatísticos relacionados à violência contra as mulheres no país. **8**



Edilson Rodrigues/Agência Senado

Vice-presidente, Paulo Paim, e presidente da comissão, Regina Sousa, durante reunião em que o projeto foi aprovado

### Colegiado dá aval a texto que normatiza trabalho de gestantes

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou projeto que cria regras para o trabalho de mulheres grávidas e que amamentam em locais ou atividades insalubres. Em todas as situações, a empresa deverá pagar adicional. **4**

**MP que cria fundos para financiar instituições públicas é aprovada **3****

**Faltam recursos para manutenção de barragens, conclui relatório **7****

**Passa em comissão texto que agiliza cumprimento de resolução da ONU **7****

**Projeto determina que informação para deficiente deve ser acessível **6****

**Leia encartado nesta edição o Monitor Fiscal**

# Instalada comissão sobre MP de empresas de energia

O colegiado misto foi instalado ontem para examinar a medida provisória que cria condições de privatização das duas últimas distribuidoras ligadas à Eletrobras, que estão em Alagoas e no Amazonas

FOI INSTALADA ONTEM a comissão mista destinada a examinar e dar parecer sobre medida provisória que viabiliza a privatização das duas distribuidoras de energia elétrica que estão sob controle da Eletrobras. Na reunião, também foram eleitos o senador Wellington Fagundes (PR-MT) para presidente do colegiado e o deputado Edio Lopes (PR-RR) para relator.

A MP 855/2018 estabelece que a Amazonas Energia e

a Companhia Energética de Alagoas (Ceal) poderão receber até R\$ 3 bilhões para cobrir despesas com combustíveis usados na geração de energia elétrica entre 1º de julho de 2017 e a data da transferência do controle acionário para o novo operador, após a licitação.

A MP beneficia principalmente a Amazonas Energia, que opera em locais isolados da Amazônia e usa combustível para produzir eletricidade. A empresa possui hoje dívida

com a Petrobras, fornecedora dos combustíveis.

Os recursos virão da Reserva Global de Reversão (RGR), conta da Eletrobras abastecida por depósitos das concessionárias de energia elétrica. O valor poderá ser complementado pela Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), fundo formado pelas distribuidoras e pelo Tesouro Nacional para financiar atividades do setor elétrico. O novo concessionário receberá os valores, pois o pagamento começará a ser feito a partir da data de assinatura do contrato de concessão.

Além disso, o concessionário terá carência de cinco anos para cumprir os requisitos de eficiência econômica e energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel).

A Amazonas Energia foi leiloadada na segunda-feira. É a penúltima de seis distribuidoras da Eletrobras a ser privatizada. A última, a Companhia Energética de Alagoas, tem leilão marcado para quarta-feira.



Wellington Fagundes (E) é o presidente da comissão mista recém-instalada

## Médico americano elogia profissionais brasileiros

O endocrinologista John Paul Bilezikian, professor de medicina e farmacologia da Universidade Columbia, em Nova York, foi homenageado ontem numa reunião conjunta das Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). De acordo com Edison Lobão (MDB-MA), presidente da CCJ, Bilezikian tem colaborado com a medicina brasileira,

prova disso está em seu passaporte, que registra a 50ª viagem ao país.

A audiência reuniu médicos, pesquisadores e representantes de associações de diabetes e de osteoporose e da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

Bilezikian fez um resumo da parceria de 25 anos com estudantes e pesquisadores brasileiros.

— Com eles eu aprendo mais do que ensino e juntos nós adicionamos conhecimento à ciência mundial, o que não conseguiríamos sozinhos.

A presidente da CAS, Marta Suplicy (MDB-SP), destacou o grande grupo de seguidores que acompanha a carreira de Bilezikian pelo país. O médico, por sua vez, elogiou o empenho dos endocrinologistas brasileiros.

## Aécio Neves nega ter recebido dinheiro ilegalmente em 2014

Aécio Neves (PSDB-MG) defendeu-se ontem, em Plenário, da acusação de compra de apoio político para formação de coligação nas eleições presidenciais de 2014. As denúncias contra Aécio foram reveladas pela Operação Ross, da Polícia Federal, originada a partir de delação de executivos da J&F.

Segundo ele, os recursos que recebeu não foram propina, mas doações legais para campanhas eleitorais pelo PSDB e partidos aliados. Para Aécio, as acusações feitas por Joesley Batista são, na verdade, “um roteiro”, visando validar o acordo de delação premiada feito pelo empresário.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Magno Malta faz balanço de sua atuação como senador

Magno Malta (PR-ES) fez ontem um balanço do seu mandato, que acaba em 2019, e disse que lutou contra a corrupção, o narcotráfico e a pedofilia. O senador reiterou a confiança no futuro governo de Jair Bolsonaro e agradeceu o apoio de diversas lideranças políticas e religiosas, destacando o pastor Silas Malafaia.

Ele ressaltou sua oposição à chamada ideologia de gênero e à legalização do aborto, do jogo e das drogas. De acordo com Malta, a vitória de Bolsonaro “quebra o muro que separava, de forma preconceituosa, católicos de espíritas e espíritas de evangélicos”.



Waldemir Barreto/Agência Senado

## Valdir Raupp se despede do Senado após 16 anos

Valdir Raupp (MDB-RO) fez ontem um discurso de despedida, pois seu mandato termina em 31 de janeiro. O senador lembrou que foi vereador, duas vezes prefeito, governador e duas vezes senador. Ele agradeceu ao povo de Rondônia pela confiança em quase 40 anos de atividade pública. Raupp agradeceu aos funcionários de gabinete, aos servidores do Senado, desejou boa sorte aos eleitos que tomarão posse em 2019 e destacou a importância do Congresso.

— É no dia a dia do Parlamento que se aprende a representar o povo e a dialogar de maneira republicana.



Waldemir Barreto/Agência Senado



Gerardo Magela/Agência Senado

Senador Braga e deputada Conceição, entre convidados da sessão

## Biblioteca do Exército tem papel destacado durante sessão solene

O Congresso Nacional promoveu ontem sessão solene para homenagear a Biblioteca do Exército, que completa 137 anos de criação. A homenagem foi requerida pelo senador Eduardo Braga (MDB-AM) e pela deputada Conceição Sampaio (PSDB-AM).

Braga apontou algumas funções da biblioteca, entre elas a contribuição na formação militar.

— Uma importante função da biblioteca é a distribuição de livros didáticos para escolas de formação do Exército, pelotões especiais de fronteira, tiros de guerra e o sistema colégio militar do Brasil — pontuou.

Criada em 17 de dezembro de 1881 e também conhecida como Casa do Barão de Loreto, a instituição atende ao público civil e militar, promovendo conferências, palestras, encontros e exposições. A biblioteca foi efetivamente instalada em 4 de janeiro de 1882 no então Quartel do Campo da Aclamação, hoje Palácio Duque de Caxias, no Rio de Janeiro. A inauguração contou com a presença de dom Pedro II.

— Uma biblioteca é muito mais que um ambiente com estantes, mesas e livros a serem emprestados, como muitos erroneamente podem definir. Estamos comemorando um lugar, comemorando pessoas, compromisso, conhecimento e cultura, estamos aqui para celebrar uma biblioteca vitoriosa, a Biblioteca do Exército Brasileiro — destacou a deputada Conceição Sampaio.

Participaram da homenagem o presidente do Supremo Tribunal Militar (STM), José Coêlho Ferreira, os ministros do STM José Barroso Filho, Carlos Augusto de Sousa e Marco Antônio de Farias, além do diretor do Patrimônio Histórico e Cultural do Exército, Riyuzo Ikeda, e do diretor da biblioteca, Marco André Leite Ferreira.

O ministro José Barroso Filho finalizou a sessão ressaltando que a instituição destina-se a “contribuir para o provimento, edição e difusão da cultura por meios bibliográficos” além de ser, segundo ele, um repositório de saberes de pessoas de bem que produzem em prol do Brasil.

### AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaLegislativa>

**PLENÁRIO Sessão deliberativa**

9h Proposta sobre usinas de energia

10h Debate sobre a atuação das redes sociais na disseminação de fake news.

**CCJ Nomes para o CNJ e o CNMP**

10h Análise de indicações para os Conselhos Nacionais de Justiça e do Ministério Público.

**CMO Orçamento**

18h Análise do relatório-geral.

Previsão atualizada às 18h de ontem pela Secretaria-Geral da Mesa e Secretaria de Comissões

---

#### SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**:

<http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**:

<http://bit.ly/comissoesOnline>

# Senado ratifica decreto de intervenção em Roraima

Desde que a Constituição de 1988 foi promulgada, é a primeira vez que o governo federal assume totalmente um estado. Senadores discursaram contra e a favor da medida, que valerá até o dia 31

O PLENÁRIO DO Senado aprovou ontem projeto que ratifica o decreto presidencial que determinou intervenção federal em Roraima. A decisão segue para promulgação. É a primeira vez que um estado sofre intervenção federal total desde a promulgação da Constituição de 1988. Ainda em andamento, a intervenção no Rio de Janeiro atinge apenas a área da segurança pública.

Publicado no *Diário Oficial da União* na segunda-feira, o Decreto 9.602 ordena intervenção em Roraima até 31 de dezembro de 2018, “com o objetivo de pôr termo a grave comprometimento da ordem pública”.

A intervenção abrange todo o Poder Executivo do estado e o interventor já em atuação é o governador eleito em outubro, Antonio Denarium, que terá as mesmas atribuições de um governador e estará subordinado diretamente ao presidente da República.

Na Secretaria da Fazenda ficará o general Eduardo Pazuello, que atualmente coordena a operação de migração venezuelana. Na Secretaria da Segurança Pública ficará Paulo Costa, que já atua como interventor no sistema prisional de Roraima após um acordo entre o estado e a União, feito em novembro, para que a administração dos presídios estaduais ficasse sob gestão federal até 31 de dezembro.

O decreto presidencial determina ainda que o interventor poderá requisitar a quaisquer órgãos da administração pública federal, civis ou militares, “os meios necessários para consecução do objetivo da intervenção”, desde que não atinja competências do presidente da República.

A intervenção foi aprovada em votação simbólica (PDS



Relator no Plenário, Jucá afirma que a intervenção federal é necessária

166/2018), mas vários senadores declararam voto contrário, como Roberto Requião (MDB-PR), Regina Sousa (PT-PI), Cristovam Buarque (PPS-DF) e Randolfe Rodrigues (Rede-AP).

Favorável à intervenção, o líder do governo, Romero Jucá (MDB-RR), relatou o projeto de resolução no Plenário e disse que a medida é “extremamente excepcional”, porém necessária. Segundo afirmou, Roraima está “entregue à completa anarquia”, com salários atrasados há três meses e sem realizar os repasses obrigatórios para os municípios.

## Greves

Além disso, acrescentou Jucá, o estado enfrenta uma série de greves e paralisações, até mesmo de policiais civis e militares e agentes penitenciários, falta de medicamentos, falta de gasolina para ambulâncias, falta de viaturas policiais nas ruas e delegacias fechadas. Para o senador, o estado está um “completo caos”.

Jucá também informou que R\$ 225 milhões serão repassados imediatamente pelo governo federal ao estado para garantir o funcionamento da máquina pública, pagamento de salários e continuidade dos serviços públicos, principalmente saúde, educação e

segurança pública.

— O caso é muito grave. Eu tenho denunciado as irregularidades.

Eduardo Braga (MDB-AM) e Telmário Mota (PTB-RR) apoiaram a intervenção federal. Braga afirmou que a intervenção é um ato extremo no qual a União reconhece o desgoverno e a falta absoluta do poder público em Roraima.

— Sou a favor desta intervenção. Que vá recurso não só para pagar os servidores, mas para equacionar a situação da educação e da saúde.

Ângela Portela (PDT-RR) afirmou que a medida é “lamentável, dura e dramática, mas necessária”. Ela também colocou na conta do governo Temer grande responsabilidade sobre a piora da situação de Roraima.

Humberto Costa (PT-PE) e Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) discursaram contra a intervenção. Embora reconheçam a situação grave, os dois senadores temem que o instituto da intervenção se torne uma prática corriqueira.

Humberto disse que a medida reduziu o mandato da governadora, Suely Campos, e antecipou o mandato do governador eleito em 2018. Para Vanessa, trata-se de uma “intervenção política”.

# Aprovada MP que cria fundos para financiar instituições públicas

O Plenário aprovou ontem a criação dos fundos patrimoniais de apoio a instituições de interesse público. O texto é proveniente da MP 851/2018 e segue para sanção.

A MP estabelece um marco regulatório para captação dos recursos privados que constituirão os fundos patrimoniais. O objetivo é que esses fundos sirvam como financiamento de longo prazo para instituições de interesse público, por meio de parcerias, programas e projetos. Poderão participar instituições federais, estaduais, municipais e distritais.

Editada em setembro, a medida permite a criação de fundos patrimoniais e estimula doações privadas para projetos de interesse público nas áreas de educação, ciência, tecnologia, pesquisa e inovação, cultura, saúde, meio ambiente, assistência social e desporto. A relatora, deputada Bruna Furlan (PSDB-SP), incluiu ainda as áreas de segurança pública e de direitos humanos.

Fundos patrimoniais são formados por doações pri-

vadas, e o montante obtido é investido no mercado financeiro, de modo a gerar uma receita contínua para aplicação em ações.

## Museus

Combinada com a MP 850/2018, que cria a Agência Brasileira de Museus para gerir o setor, a medida trata ainda da gestão e da conservação do patrimônio histórico de museus. A edição das duas MPs se deu após o incêndio que destruiu o Museu Nacional, no Rio de Janeiro, em 2 de setembro. A instituição, que tinha um acervo com mais de 20 milhões de itens, é a mais antiga do gênero no país — completou 200 anos em junho de 2018.

A relatora também incluiu no texto benefícios fiscais relativos ao Imposto de Renda Pessoa Física e do Imposto de Renda Pessoa Jurídica para permitir a dedução dos valores doados a fundos patrimoniais. A vigência da desoneração tributária ocorrerá um ano após a data da publicação da lei.

# Eunício espera entendimento para pautar texto de cessão onerosa

O presidente do Senado, Eunício Oliveira, defendeu que o projeto de revisão do contrato de cessão onerosa da Petrobras seja aprovado pelo Plenário sem emendas. Eunício disse que não vai colocar em votação o PLC 78/2018 enquanto não houver entendimento com o governo sobre a repartição de recursos com estados e municípios.

A proposta autoriza a Petrobras a transferir a empresas privadas até 70% dos direitos de exploração do pré-sal na Bacia de Santos (SP). Segundo Eunício, já havia sido acertado com o governo atual e com o próximo governo que estados e municípios

receberiam 20% dos bônus de assinatura do pré-sal na Bacia de Santos. No entanto, o ministro da Fazenda, Eduardo Guardia, manifestou resistência sobre a edição de uma MP para garantir a partilha, por entender que o repasse é proibido pela regra do teto de gastos.

— Em uma reunião no Palácio do Planalto, Guardia disse para o presidente que se recusava a assinar a medida provisória que dava o percentual de apenas 20% para estados e municípios. Nós temos emenda com 100%. Se eu botar esse projeto para voltar, o projeto vira pauta-bomba — disse Eunício.

# Eleição para presidente do Senado exige 41 votos

O próximo presidente do Senado só será considerado eleito se obtiver os votos de pelo menos 41 parlamentares na sessão preparatória marcada para fevereiro. O entendimento é do presidente da Casa, Eunício Oliveira, que atendeu uma questão de ordem de Ronaldo Caiado (DEM-GO).

— São 41 votos para poder ser presidente desta Casa. A interpretação é de que, em não se atingindo os 41 votos, haverá segundo, terceiro, quarto turnos, até que alguém alcance a maioria para dirigir os

trabalhos — afirmou Eunício. Caiado pediu à Mesa esclarecimentos sobre o artigo 60 do Regimento Interno do Senado. Pelo dispositivo, “a eleição dos membros da Mesa será feita em escrutínio secreto, exigida maioria de votos, presente a maioria do Senado”. Para ele, a redação “dá a entender” que o presidente poderia ser eleito por maioria simples, desde que presentes 41 senadores.

O senador disse que a eleição de um presidente sem o suporte da maioria absoluta poderia gerar “uma instabilidade in-

desejável” ou “inviabilizar o correto ordenamento dos trabalhos”.

Lasier Martins (PSD-RS) informou ter protocolado ontem mandado de segurança no Supremo Tribunal Federal (STF) pedindo que a eleição do próximo presidente do Senado seja feita com voto aberto. Ele apresentou um projeto com esse objetivo, que será analisado pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

Segundo ele, a Constituição não se refere ao voto secreto nas votações do Legislativo.

# Vai à sanção apoio de fundações à Fiocruz para produção de vacinas

O Plenário aprovou ontem proposta que permite o auxílio de fundações de apoio à Fiocruz para a produção e o fornecimento de vacinas, medicamentos e outros insumos e serviços para a saúde. A cooperação se dará principalmente por meio de projetos de atendimento a demandas internacionais.

Votado em regime de urgência, o PLC 132/2018, do deputado Simão Sessim (PP-RJ), segue para sanção.

O senador Humberto Costa (PT-PE) relatou o projeto no Plenário em substituição às Comissões de Educação, Cultura e Esporte (CE) e de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT). Ele afirmou que os convênios vão permitir que a Fiocruz aumente a produção de medicamentos e vacinas, em especial a vacina contra a febre amarela. O senador Lindbergh Farias (PT-RJ) elogiou a aprovação do projeto.

# Adicional para gestantes passa em colegiado

Seguem para votação na Comissão de Assuntos Sociais pareceres de outras duas comissões sobre benefício por insalubridade a mulheres grávidas ou que amamentam

A COMISSÃO DE Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) acatou emenda da senadora Simone Tebet (MDB-MS) ao projeto para normatizar o trabalho de mulheres grávidas e que amamentam em locais ou atividades insalubres. O parecer da CCJ indica que a mulher deverá trabalhar em local ou operação salubre, ou será afastada enquanto durar a gestação ou a lactação. Ela terá garantido o adicional mesmo durante o afastamento. Quando for impossível a relocação para lugar salubre, o parecer considera a gravidez como de risco e a empregada receberá o salário-maternidade.

O PLS 230/2018 segue agora para a Comissão de Assuntos Sociais (CAS), com pedido de urgência da senadora Ana Amélia (PP-RS), e depois será votado em Plenário.

O texto aprovado prevê que, quando o nível de insalubridade for de grau médio ou mínimo, será permitido o desempenho do trabalho se a empregada, voluntariamente, apresentar atestado de saúde assinado por médico de trabalho que autorize a atividade. De qualquer maneira, cabe à empresa pagar o adicional de insalubridade para a mulher afastada durante a gestação

e lactação. A compensação virá no momento de recolher as contribuições incidentes sobre a folha de pagamento dos salários.

O tema do trabalho insalubre durante a gravidez e a lactação foi bastante discutido na época da reforma trabalhista e acabou não entrando no texto da Lei 13.467, de 2017, por falta de consenso. O governo editou uma medida provisória que tratava do tema (MP 808/2017), mas ela passou do prazo sem ter sido votada.

## Adicional

Para preencher a lacuna, o senador Ataídes Oliveira (PSDB-TO) apresentou o projeto, aprovado ontem na CCJ. Originalmente, ele modifica a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) para garantir o afastamento da empregada gestante, em qualquer tempo da gravidez, de atividades, operações ou locais insalubres em seu ambiente de trabalho. Nesse caso, a funcionária perderia o adicional de insalubridade.

Nos casos de grau mínimo de insalubridade, a grávida poderia apresentar laudo médico que a permitisse desempenhar a atividade e, nesse caso, preservar seu adicional.



Anastasia (E) ouve Simone, para quem a proposta admitia o não pagamento do adicional para grávidas

As lactantes só seriam afastadas de atividades e espaços insalubres com recomendação médica expressa em atestado.

O relator do projeto, Antônio Anastasia (PSDB-MG) acatou a emenda de Simone, apresentando o substitutivo aprovado ontem.

Simone comparou os três textos durante a sessão da CCJ.

— A CLT exigia o afastamento da mulher em qualquer grau de insalubridade, mínimo, médio e máximo, estando garantido sempre o adicional em qualquer hipótese. Com a reforma trabalhista [e a

MP editada pelo governo], o afastamento automático só se daria se a insalubridade fosse em grau máximo e nos demais ela trabalharia, mas ainda assim ela continuaria recebendo o adicional em todas as hipóteses.

A senadora disse que, apesar de bem intencionada, a proposta de Ataídes admitia o não pagamento do adicional.

— No substitutivo que apresentamos, em princípio a mulher deve ser afastada sempre, nos moldes da CLT. Mas em grau mínimo e médio é direito da empregada apresentar

uma recomendação médica dizendo que pode e ela quer continuar trabalhando com o adicional. Seja afastada, seja trabalhando, ela sempre vai ter o adicional de insalubridade garantido.

O projeto foi aprovado da maneira original pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Agora seguem os dois pareceres, da CCJ e da CAE para votação na CAS, onde o texto receberia decisão terminativa. No entanto, foi aprovado requerimento para votação em Plenário, que fará a análise final da proposta.

## Comissão aprova regras para recusa de cheque no comércio

A Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC) aprovou ontem projeto que estabelece novas regras para o pagamento com cheque no comércio. O PLC 124/2017 já foi aprovado pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Assuntos Econômicos (CAE) e ainda será analisado pelo Plenário.

Conforme o projeto, do deputado Vinicius Carvalho (PRB-SP), o comerciante que se propuser a aceitar cheque como forma de pagamento somente poderá recusá-lo em duas situações: se o nome do emitente figurar em cadastro de serviço de proteção ao crédito ou se o consumidor não for o próprio emitente do cheque e titular da conta corrente.

O tempo de abertura de conta no banco não pode ser motivo de recusa pelo estabelecimento comercial.

A proposta diz que o comerciante será obrigado a receber cheques se não houver no estabelecimento a informação ostensiva indicando que tal pagamento não é aceito. Quem descumprir as normas ficará sujeito a sanções administrativas já previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Ana Amélia (PP-RS) leu o relatório de Eduardo Lopes (PRB-RJ), favorável.

“O projeto adequadamente veda a recusa do recebimento de cheque em razão do tempo mínimo de abertura de conta corrente, tendo em conta que essa informação não é relevante para fins de verificação da solvência do título. Desse modo, a proposição somente estabelece normas razoáveis e proporcionais para a aceitação ou recusa no pagamento de obrigações mediante cheque emitido pelo consumidor”, diz o parecer.

## Adiada votação do projeto que reajusta taxas de cartórios no DF

Foi adiada novamente a votação do projeto que reajusta as taxas cartoriais e cria um fundo para financiar e modernizar a Justiça do Distrito Federal. O projeto tem figurado na pauta da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) desde novembro, mas os senadores ainda não chegaram a um entendimento sobre a proposta. Ontem, o PLC 99/2017 foi retirado de votação a pedido da relatora, Rose de Freitas (Pode-ES). Ela disse que o projeto ainda precisa de ajustes.

— Eu não submeterei o relatório à votação enquanto não houver entendimento por parte inclusive das assessorias, porque eu acompanhei todo o processo de discussão, aproveitamento, elaboração de proposta, discussão das propostas mais ou menos entendidas como objeto de acordo, e, no entanto, agora, nesse momento, quando eu fiz uma pergunta ao senador [José] Pimentel, soube que não tinha sido colocado no relatório — explicou.

Apresentado pelo Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT), o projeto cria taxa de 10% e uma alíquota de 7% sobre os serviços notariais no DF. A taxa de 10% será destinada a ações de reaparelhamento da Justiça. A alíquota de 7% destina-se a criar uma espécie de fundo em que os cartórios de maior demanda passariam a subsidiar os de menor movimento.



Comerciante deverá aceitar o cheque se não houver afixado aviso ostensivo sobre a recusa

## Vai a Plenário criação dos juzizados especiais criminais digitais

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) aprovou ontem projeto que trata da criação dos juzizados especiais criminais digitais. Os juzizados vão lidar com a conciliação, o julgamento e a execução das infrações penais de menor potencial ofensivo cometidas com o uso da informática ou a ela relacionadas. Na justificativa do PLC

110/2018, a autora, deputada Laura Carneiro (DEM-RJ) observa que a criação dos juzizados especiais cíveis e criminais contribuiu para dar celeridade ao Judiciário, esperando-se que o mesmo ocorra com os criminais digitais.

O relator, Antonio Anastasia (PSDB-MG), lembra que a iniciativa deveria

partir do Judiciário, mas recomenda a aprovação.

“Trata-se de inovação legislativa importante, visto que tal modalidade de infração penal vem aumentando sobremaneira nos últimos tempos, a exemplo do crime de invasão de dispositivo informático e dos crimes contra a honra”, afirma no relatório.

# Congresso aprova 13 propostas de crédito

Senadores e deputados analisaram projetos com recursos para diversos órgãos do Executivo e do Judiciário. Nova sessão foi marcada para terça-feira, quando também pode ser votado o Orçamento 2019

SENADORES E DEPUTADOS aprovaram ontem 13 projetos de lei do Congresso Nacional (PLNs) que abrem crédito para órgãos dos Poderes Executivo e Judiciário. Os textos seguem para promulgação. Outros quatro PLNs foram retirados da ordem do dia e devem ser votados em sessão conjunta convocada para terça-feira pelo presidente do Congresso, Eunício Oliveira. Na terça também devem ser analisados os destaques aos projetos aprovados ontem. Estarão ainda em pauta oito vetos presidenciais.

Segundo Eunício, em caso de aprovação pela Comissão Mista de Orçamento do projeto da Lei Orçamentária Anual de 2019 (PLN 27/2018) até o momento da sessão, o texto também poderá entrar em votação.

## Acordo

A votação em globo só foi possível graças a um entendimento entre os líderes partidários, que concordaram em inverter a pauta para analisar os projetos de crédito.

O PLN 17/2018 destina R\$ 2,9 milhões para as Justiças Federal e Eleitoral. A maior parte (R\$ 2,7 milhões) vai para obras

de segurança e acessibilidade no juizado especial federal de Barueri (SP). Outros R\$ 150 mil devem financiar a atualização do sistema de climatização do edifício-sede da seção judiciária de Porto Alegre, enquanto R\$ 16,2 mil vão para pagar a ampliação do cartório eleitoral de Pedro II (PI).

Já o PLN 18/2018 abre crédito especial de R\$ 28,4 milhões para diversos órgãos do Executivo. Há recursos para projetos nas áreas de juventude, inclusão digital, fomento ao ensino superior, infraestrutura da educação básica, reestruturação de institutos federais, segurança pública, saneamento básico, serviços veterinários, aeroportos, cultura, esporte, defesa, turismo e direitos humanos.

Um crédito de R\$ 2,3 milhões para a Infraero e a Empresa Gerencial de Projetos Navais (Emgepron) é aberto pelo PLN 24/2018. O dinheiro vai para o aeroporto de Curitiba e a modernização da câmara hiperbárica da Base Almirante Castro e Silva, no Rio de Janeiro.

Já o PLN 45/2018 abre crédito especial de R\$ 100 milhões para a Emgepron comprar um navio de apoio antártico que deve substituir a embarcação

oceanográfica Ary Rongel.

Para a Justiça Eleitoral comprar computadores, câmeras de segurança, veículos de carga e mobiliário para o TRE de Pernambuco, o PLN 30/2018 destina R\$ 4,1 milhões. O dinheiro também deve ser usado na reforma do edifício-sede da Justiça Federal em Teresina.

## Furnas

O PLN 32/2018 remaneja R\$ 33,4 milhões do Ministério de Minas e Energia para empresas Furnas Centrais Elétricas, Petrobras Gás, Eólica Mangue Seco 2 e Transportadora Associada de Gás.

O PLN 34/2018 destina R\$ 3,4 milhões para o Ministério Público da União (MPU). Os recursos vão servir para a construção do edifício da Coordenadoria das Promotorias de Justiça de Brasília e da nova sede da Procuradoria do Trabalho em Vitória da Conquista (BA).

Já R\$ 382,6 mil são liberados pelo PLN 39/2018 para a Companhia Docas capixaba. E o PLN 40/2018 destina R\$ 63,3 milhões para as autoridades portuárias de Espírito Santo, Bahia, São Paulo, Pará, Rio de Janeiro e Rio Grande do Norte.



Jonas Pereira/Agência Senado

Senadores e deputados se reúnem para votar créditos ao Orçamento

O PLN 44/2018, por sua vez, abre crédito de R\$ 1,2 bilhão para a Presidência da República e outros órgãos do Executivo. A maior parte (R\$ 984 milhões) vai para estados, Distrito Federal e municípios. Já o PLN 35/2018 abre crédito R\$ 519,9 milhões para diversos ministérios.

O PLN 42/2018 abre crédito de R\$ 3,1 milhões para os Ministérios da Justiça e Segurança Pública, Educação, Trabalho, Saúde, Esporte e Integração Nacional.

O PLN 43/2018 libera R\$ 241 milhões para os Ministérios da Ciência e Tecnologia, de Minas e Energia e da Fazenda.

## Senado reconduz Luiz Fernando Bandeira a conselho do MP

O Plenário do Senado aprovou ontem a recondução de Luiz Fernando Bandeira para integrar o Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP). Foram 62 votos favoráveis, nenhum contrário e 1 abstenção.

Bandeira é advogado e secretário-geral da Mesa do Senado. Renan Calheiros (PMDB-AL), Walter Pinheiro (sem partido-BA) e Raulo Rodrigues (Rede-AP) elogiaram o currículo e o preparo do indicado. O senador Magno Malta (PR-ES) também elogiou a indicação de Bandeira e ressaltou seu preparo jurídico. Mais cedo, ele já havia sido sabatinado e aprovado por unanimidade na Comissão de Constituição,

Justiça e Cidadania (CCJ). Na sabatina, Bandeira se posicionou como “voz e olhos do Parlamento” e, por consequência, da sociedade no CNMP. A postura de fiscalizador o teria levado a solicitar à Corregedoria do conselho a investigação de possíveis abusos de promotores que ajuizaram ações às vésperas das eleições de 2018.

— Seria ingênuo da minha parte se eu não percebesse essa certa coincidência de ações com o período eleitoral que, às vezes, um membro, humano como todos nós, tendo aquele inquérito aberto, tem talvez a tentação de acelerar porque no período eleitoral aquilo terá repercussão maior.

## Veto a incentivo regional será derrubado, diz Eunício

O presidente do Congresso, Eunício Oliveira, afirmou ontem que, se ocorrer realmente veto presidencial aos projetos de incentivo fiscal aprovados para as superintendências de desenvolvimento regionais (Sudam, Sudene e Sudeco) e para a indústria automobilística, ele suspenderá o trâmite do projeto da lei orçamentária de 2019 e convocará uma sessão para derrubar o veto.

— Recebi uma informação de que o atual ministro da Fazenda, talvez em retaliação ao Senado e ao Congresso, talvez em acordo com o Tribunal de Contas da União, vai pedir o veto presidencial aos projetos de incentivos aprovados pelo Parlamento. Isso que ele está chamando de “pauta-bomba” é a prorrogação dos incentivos fiscais, não é a criação de isenção de nenhum imposto.

Para Eunício, é possível que se trate de uma retaliação pela sua declaração de que, “caso o governo tente passar por cima da Constituição, em especial do artigo 20, que estabelece os bens da União”, ele entrará na Justiça com uma ação direta de inconstitucionalidade.

Eunício ainda acrescentou que quase R\$ 300 bilhões são concedidos à indústria automobilística fora do Norte-



Roque de Sá/Agência Senado

Eunício diz que sustará análise do Orçamento caso haja veto a incentivos

-Nordeste e os projetos aprovados não são “pauta-bomba”.

— Se houver esse veto, suspenderei o trâmite do Orçamento e só entraremos em recesso após a votação do veto. Alterações na Constituição não cabem a um técnico, mas ao Pleno do Congresso Nacional — afirmou.

## Apoio

Vários senadores manifestaram apoio à decisão de Eunício. Simone Tebet (MDB-MS) afirmou que pessoas que não conhecem a realidade dos habitantes do Norte, Nordeste e Centro-Oeste querem retirar anos de incentivos fiscais garantidos em forma direta da Constituição.

A senadora Ana Amélia (PP-RS) criticou a invasão de

prerrogativas.

— As medidas provisórias do Executivo estão sufocando o Legislativo. O Executivo está exacerbando em intromissão em matérias de responsabilidade nossa. Faz bem o presidente do Senado mostrar a importância que esta Casa tem.

O vice-líder do PT, senador Humberto Costa (PE), afirmou que apóia a decisão de recorrer ao Supremo Tribunal Federal caso o governo e o TCU decidam realizar leilão de áreas petrolíferas sem autorização do Congresso Nacional.

— Também apoiamos a convocação de sessão extraordinária do Congresso para derrubar eventuais vetos aos incentivos fiscais — disse Humberto Costa.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Luiz Fernando Bandeira fala em sabatina conduzida por Edison Lobão

# Acolhimento infantil pode ganhar marco regulatório

Projeto aprovado em comissão institui parâmetros de qualidade e determina quais programas de assistência devem ser adotados por abrigos que acolhem crianças e adolescentes em situação de risco

A CRIAÇÃO DO Marco Regulatório Nacional para o Acolhimento de Crianças e Adolescentes foi aprovada ontem pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH). O projeto inclui parâmetros de qualidade para abrigos e determina o estímulo a programas de autonomia para abrigados em transição para a idade adulta.

O PLS 439/2018 ainda será analisado pelas Comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), antes de seguir para a Câmara dos Deputados.

O objetivo da proposta é melhorar o atendimento em abrigos e estabelecer padrões nas políticas de assistência a abrigados. Para os adolescentes em transição para a vida adulta, por exemplo, o projeto prevê a capacitação profissional. A autora, senadora Marta Suplicy (MDB-SP), observou que o abrigamento é medida de exceção e que a regra continua sendo a convivência familiar:

— Quando isso não for possível, o projeto busca regulações para abrigos que tenham condições mínimas de atendimento de qualidade. Hoje nós temos muito abrigos no país, mas cada um de um



Marta Suplicy diz que projeto vai definir condições mínimas dos abrigos

jeito. Então o que faz esse projeto? São diretrizes.

Em seu relatório, a senadora Regina Sousa (PT-PI) também ressalta que a proposta prioriza a preservação de vínculos por meio da reintegração da criança ou adolescente na família de origem ou, não sendo possível, da tentativa de achar um novo lar para ela. “Retomam-se as ideias do Estatuto da Criança e do Adolescente e da Lei Orgânica da Assistência Social para dar mais efetividade aos

princípios definidos no artigo 92 do Estatuto da Criança e do Adolescente”, explica Regina Sousa.

De acordo com o Conselho Nacional de Justiça, 47 mil crianças e adolescentes vivem em abrigos no Brasil. Eles são retirados de situações de risco, como a vida na rua ou mesmo de dentro de casa, quando são constatados maus-tratos. Apenas 8.420 desses menores, ou seja, menos de 18%, estão no Cadastro Nacional de Adoção.

# Órgão público e comércio deverão prestar informações acessíveis

A oferta de informações às pessoas com deficiência deverá ser acessível, até por meio do sistema braile, nos órgãos públicos e estabelecimentos comerciais. É o que prevê projeto aprovado ontem na Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor (CTFC). O texto segue para avaliação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde recebe decisão terminativa.

Segundo PLS 110/2018, todos os órgãos e entidades públicas, autarquias e fundações terão que oferecer informações acessíveis sobre seus produtos e serviços, assim como seus prestadores de serviços devem garantir textos, formulários, listas de produtos e serviços, preços, tarifas, bulas, manuais de instrução e quaisquer outras informações essenciais ao cidadão com deficiência em formato acessível e impressa em braile (linguagem tátil para deficientes visuais). Hoje, os fornecedores já precisam disponibilizar informações de divulgação para pessoas com deficiência, mas apenas sob solicitação.

A nova exigência também valerá para estabelecimentos comerciais atacadistas e varejistas, rede hoteleira, restaurantes, lanchonetes, padarias e similares, diz o projeto.

O autor da proposta, senador Eduardo Lopes (PRB-RJ), explica que o Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146, de 2015) trouxe diversos mecanismos voltados para a inclusão social das pessoas com deficiência. No entanto, o senador considera o alcance limitado, já que não é impositiva e algumas empresas fazem apenas o mínimo exigido pela lei para garantir a inclusão. “Para os que resistem à inclusão, não importa o imperativo ético, mas sim os termos expressos da lei, sem uma vírgula a mais”, afirma Lopes no texto.

O relator, senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou emendas para ajuste de redação, sem alterar o conteúdo da proposta.

— Ao eliminarmos essas barreiras, promove-se a sua acessibilidade, tema de relevante cunho social, e que demonstra o inegável mérito da proposição — afirmou o senador.

## Paim se solidariza com famílias de vítimas de chacina em catedral

Paulo Paim (PT-RS) se solidarizou com os familiares e amigos das vítimas de tragédia na Catedral Metropolitana de Campinas (SP). Na terça-feira, um homem abriu fogo contra os fiéis que assistiam à missa.

— A gente ouvia falar muito de situações como essa na Europa, nos Estados Unidos. Isso é uma demonstração da violência sem controle no nosso país.

O senador também destacou a aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, do projeto que libera aos estados dinheiro relativo à compensação da Lei Kandir. O Rio Grande do Sul receberá R\$ 190 milhões.

## Fátima faz balanço e cita Política Nacional de Leitura e Escrita

Ao fazer um balanço dos quatro anos como senadora, Fátima Bezerra (PT-RN) destacou o que chamou de batalhas memoráveis de que participou, como o impeachment da ex-presidente Dilma Rousseff.

Ela lembrou também do seu projeto, transformado em lei, que instituiu a Política Nacional de Leitura e Escrita (Lei 13.696, de 2018).

— Diga-se da passagem, essa façanha de dotar o país, pela primeira vez, de uma política voltada para a leitura e a escrita se deu em período de avanço do conservadorismo, da intolerância política e da insensatez.

## Comissão aprova adoção de acessibilidade em imóveis

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem proposta pela qual os princípios do chamado desenho universal deverão ser seguidos nos programas habitacionais públicos. Segundo o senador Romário (Pode-RJ), autor do projeto, a Lei da Acessibilidade define o desenho universal como “a concepção de produtos, ambientes, programas e serviços a serem usados por todas as pessoas, sem necessidade de adaptação ou de projeto específico, incluindo os recursos de

tecnologia assistiva”.

O PLS 279/2016 altera o Estatuto da Pessoa com Deficiência e determina que, além dos programas diretamente ligados ao poder público, também os que contam com recursos subsidiados deverão adotar o mesmo critério. Romário argumenta que a proposta supre uma lacuna do estatuto, fruto de veto aplicado pela então presidente Dilma Rousseff.

O relatório pela aprovação, do senador Hélio José (Pros-DF), foi lido e defendido pelo senador Paulo Paim (PT-RS).

Ele disse que o conceito de desenho universal já é adotado pelo direito brasileiro há mais de uma década:

— Mas esse reforço é necessário diante da resistência de alguns empreendedores imobiliários, que se recusam a obedecer às leis e regulamentos já vigentes, apegando-se a práticas, padrões e costumes superados, numa atitude pouco inteligente, pois reduzem os potenciais compradores.

A análise da proposta segue agora para a Comissão de Infraestrutura (CI).



Voltemir Barreto/Agência Senado



Voltemir Barreto/Agência Senado

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** Eunício Oliveira  
**Primeiro-vice-presidente:** Cássio Cunha Lima  
**Segundo-vice-presidente:** João Alberto Souza  
**Primeiro-secretário:** José Pimentel  
**Segundo-secretário:** Gladson Cameli  
**Terceiro-secretário:** Antonio Carlos Valadares  
**Quarto-secretário:** Zeze Perrella  
**Suplentes de secretário:** Eduardo Amorim, Sérgio Petecão, Davi Alcolumbre e Cidinho Santos

**Secretário-geral da Mesa:** Luiz Fernando Bandeira  
**Diretora-geral:** Ilana Trombka

### SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

**Diretora:** Angela Brandão  
**Coordenadora-geral:** Ana Lucia Romero Novelli  
**Diretora de Jornalismo:** Ester Monteiro

### SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

**Diretor:** Flávio Faria  
**Coordenador-geral:** Silvio Burl  
**Coordenação de Cobertura:** Paola Lima  
**Serviço de Reportagem:** Sheyla Assunção  
**Serviço de Fotografia:** Leonardo Sá  
**Serviço de Arte:** Bruno Bazílio

## Jornal do Senado

**Editora-chefe:** Fernanda Vidigal

**Edição e revisão:** Joseana Paganine, Juliana Steck, Maurício Müller, Mayra Cunha, Pedro Pincer e Thâmara Brasil

**Diagramação:** Beto Alvim, Claudio Portella e Ronaldo Alves

**Tratamento de imagem:** Afonso Celso F. A. Oliveira e Roberto Suguino

**Circulação e atendimento ao leitor:** (61) 3303-3333

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Agência Senado, do **Jornal do Senado**, da Rádio Senado e da TV Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

# Comissão faz recomendações sobre barragens

Relatório sobre a Política Pública Nacional de Segurança de Barragens apontou 723 barragens com alto risco de acidente e falta de recursos para manutenção das estruturas em todo o país

TRÊS ANOS APÓS o desastre ambiental que matou 19 pessoas na cidade de Mariana (MG), poluiu o Rio Doce com metais pesados e deixou um rastro de destruição até o litoral do Espírito Santo, pouco se avançou na segurança e fiscalização das barragens. É o que aponta o relatório aprovado ontem pela Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo (CDR). Faltam recursos para manutenção, para obras de recuperação e para fiscalização dos equipamentos de segurança.

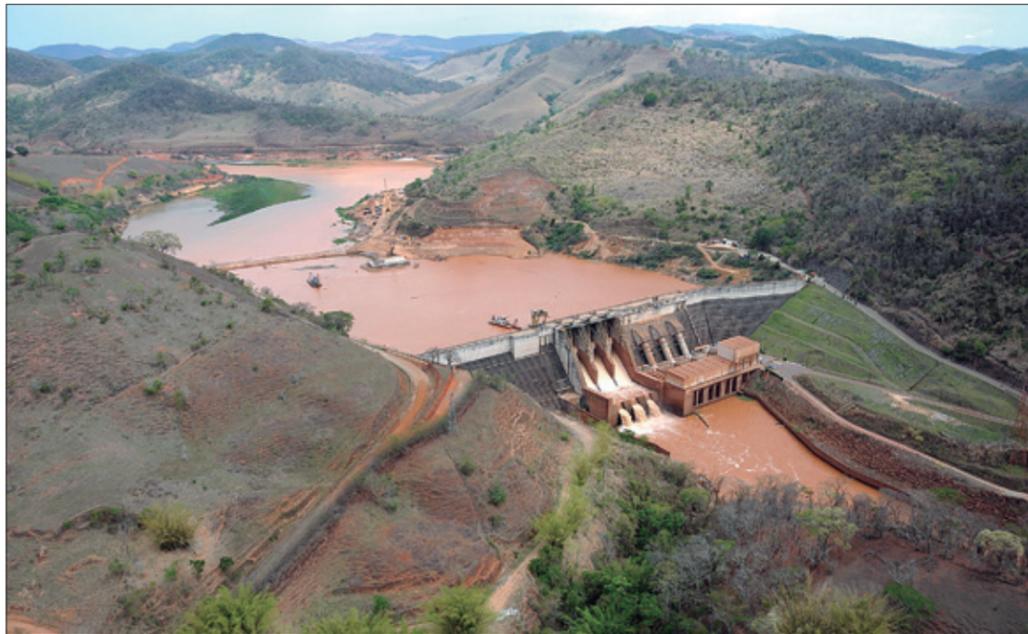
O documento, com recomendações para evitar novos riscos de rompimento de barragens, como ocorreu em Mariana, é a conclusão da CDR sobre a implantação da Política Pública Nacional de Segurança de Barragens, criada pela Lei 12.334, de 2010.

O relatório aponta que, das 24 mil barragens cadastradas, 723 apresentam alto risco de acidente e apenas 3% do total cadastrado foi vistoriado pelos órgãos fiscalizadores em 2017. Para 45 barragens, foi indicado algum comprometimento que impacte a segu-

rança, a maioria delas com baixo nível de conservação. Entre elas, estão Gargalheiras, Passagem das Traíras e Calabouço — todas no Rio Grande do Norte — e Jucazinho, em Pernambuco.

Conforme o relator, Elmano Férrer (Pode-PI), no ano passado foram aplicados no Brasil somente R\$ 34 milhões nas ações de operação, manutenção e recuperação de barragens, sendo R\$ 26 milhões de recursos federais (apenas 23% do previsto) e R\$ 8 milhões dos cofres estaduais (73% do previsto). Ele lembrou que a comissão fez duas audiências públicas sobre o tema, uma em Brasília e outra em Teresina, e todos concordaram que é necessário mais dinheiro para as ações.

— Um ponto pacífico entre os participantes é a necessidade de uma fonte de recursos para manutenção das barragens, seja pela inclusão no Orçamento-Geral da União, pelo repasse aos proprietários das barragens de um percentual da cobrança pelo uso da água ou pela criação de um



Barragem com rejeitos de extração de minério de ferro da empresa Samarco em Minas Gerais se rompeu em 2015

fundo específico para ações emergenciais em barragens — apontou o relator.

## Medidas

A comissão pede que a Agência Nacional de Águas (ANA), responsável por fiscalizar a segurança de barragens de domínio da União, e outros órgãos fiscalizadores intensifiquem o cronograma de inspeções. A CDR exige ainda que o cadastramento de barragens seja acelerado. Isso porque, segundo cálculos revelados pelo relatório, exis-

tem mais de 70 mil barragens no país, e não apenas as 24 mil cadastradas. Os senadores Paulo Rocha (PT-PA) e Regina Sousa (PT-PI) cobraram mais agilidade nesse processo.

Para garantir recursos, a CDR pede que o Congresso Nacional inclua na lei orçamentária de 2019 e no Plano Plurianual 2020-2023 mais dinheiro para ações de fiscalização e manutenção.

Elmano afirmou que a política de barragens precisa ser efetivamente cumprida.

— Em Mariana, após 3 anos,

ninguém foi preso, nenhuma indenização foi paga, nenhuma casa construída. Quantas Marianas serão necessárias para que o Estado cumpra seu papel, as empresas assumam suas responsabilidades, e os direitos das populações atingidas sejam atendidos?

O relatório com as recomendações, assinado pelos senadores e pela presidente do colegiado, Fátima Bezerra (PT-RN), será encaminhado à Mesa do Senado, ao Poder Executivo e aos órgãos ligados à segurança de barragens.

## Projeto agiliza execução de resolução de conselho da ONU

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou ontem projeto que dá às resoluções do Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU) a possibilidade de terem execução imediata no Brasil, desde que não violem

a Constituição.

O projeto (PLS 181/2018), de Ana Amélia (PP-RS), facilita o combate internacional à corrupção e ao terrorismo.

O texto regulamenta a obrigação do país, como membro das Nações Unidas, de aceitar e executar as decisões do Con-

selho de Segurança, especialmente quanto à indisponibilidade de ativos decorrentes de requerimento de autoridades estrangeiras.

Para fins de publicidade desses atos, segundo o texto, bastará a publicação de extratos em língua portuguesa das resoluções e designações.

O relator, senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE), manifestou-se favoravelmente ao projeto, que, em sua avaliação, tem o mérito de “combater o terrorismo e a lavagem de dinheiro”, tornando os atos mais ágeis e facilitando a busca por criminosos.

A proposta segue agora para a análise da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde receberá decisão terminativa.

## Comissão de Relações Exteriores apresenta seu balanço 2017-2018

O presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), Fernando Collor (PTC-AL) apresentou ontem o balanço das atividades desenvolvidas pelo colegiado no biênio 2017-2018.

De acordo com o senador, foram realizadas cem reuniões, sendo 39 destinadas a audiências públicas em que foram ouvidos 95 convidados.

— Destaco que 27 dessas audiências foram referentes aos painéis do ciclo de debates intitulado “O Brasil e a Ordem Internacional: estender pontes ou erguer barreiras?”, que foram realizados quinzenalmente — disse Collor.

O presidente da CRE lembrou que, entre os participantes dos

debates, estiveram o ministro da Defesa (à época) Raul Jungmann, os três comandantes das Forças Armadas, os embaixadores, o diretor-geral da Organização Mundial de Comércio (OMC), o ex-ministro das Relações Exteriores Celso Amorim e o jornalista Henrique Cymerman Benarroch.

Foram apreciadas ainda 255 proposições. Entre as aprovadas, Collor destacou a Lei de Migração, o Aquífero Guarani, o acordo Brasil-Argentina e o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos entre Brasil e Chile. O senador destacou ainda a criação de grupos parlamentares bilaterais com Marrocos, Arábia Saudita e Coreia do Norte.



Texto de Ana Amélia (E) foi aprovado em reunião dirigida por Collor (D)

## Ataídes critica Sistema S pela baixa qualificação da mão de obra

Ataídes Oliveira (PSDB-TO) responsabilizou o Sistema S pela baixa qualificação da mão de obra. Ele disse que esse conjunto de entidades, que inclui, entre outras siglas, Sesc, Senac, Sesi e Senai, recebeu R\$ 44 bilhões nos



anos de 2015 e 2016. E mesmo assim não está desempenhando corretamente as suas tarefas.

— É um cabide de emprego. Só a folha de pagamento do Sistema S hoje deve ter superado a casa dos R\$ 10 bilhões.

## Ana Amélia comemora aprovação de projeto sobre sanções da ONU

Ana Amélia (PP-RS) registrou ontem a aprovação, pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, do PLS 181/2018, de sua autoria, sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança da ONU. A proposta segue agora

para a Comissão de Constituição e Justiça.

Segundo ela, sem a aprovação do texto, o Brasil não poderá ser membro do Conselho de Segurança nem integrante da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE).

## Ângela Portela acusa o governo federal por crise em Roraima

Ângela Portela (PDT-RR) acusou ontem o governo federal de provocar a crise em Roraima que culminou no decreto de intervenção federal, publicado esta semana. Ela afirmou que foram ignorados pelo governo os apelos por ajuda



financeira para fazer frente à crise na segurança pública, ao pagamento de salários atrasados dos servidores e à pressão por serviços públicos, em decorrência do aumento populacional por causa dos venezuelanos.

# Avança banco de dados de violência contra a mulher

Comissão de Direitos Humanos rejeitou modificações feitas pela Câmara no projeto, entre elas a retirada da palavra “gênero” do texto e a exclusão da União do financiamento da política nacional de informações

A COMISSÃO DE Direitos Humanos (CDH) aprovou ontem a criação da Política Nacional de Informações Relacionadas à Violência contra as Mulheres (Pnainfo).

Baseada em política pública bem-sucedida aplicada no Piauí, caberá à Pnainfo sistematizar os dados estatísticos relacionados à violência contra as mulheres, subsidiando com informações mais efetivas as ações voltadas ao combate do problema. A proposta segue para a Comissão de Constituição e Justiça (CCJ).

O texto aprovado é um substitutivo da Câmara dos Deputados (SCD 3/2018) a projeto (PLS 8/2016) de autoria da própria CDH. Segundo a presidente da comissão, Regina Sousa (PT-PI), a Pnainfo será “o primeiro banco de dados unificado sobre o tema na história de nosso país”.

No início da votação, Paulo Paim (PT-RS) informou que foi procurado por movimentos sociais que pediram que a CDH aprovasse o texto da forma como ele veio da Câmara, sem a palavra “gênero”, relacionando a violência contra as mulheres mais à condição biológica do que a contextos socioculturais. Assim, segundo eles, o projeto não correria risco de veto por Temer ou Bolsonaro.

No entanto, prevaleceu na CDH o relatório da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que reinseriu a palavra “gênero”, como inicialmente aprovado no Senado em 2016. O texto acabou sendo aprovado por unanimidade.

— As mudanças feitas pela



Banco de dados vai reunir informações das delegacias da mulher no país

Câmara interferem profundamente no projeto. Alterar a definição de violência contra as mulheres vai contra a Lei Maria da Penha e convenções internacionais assinadas pelo Brasil — disse o senador Paulo Rocha (PT-PA), que leu o relatório de Vanessa Grazziotin.

## Orçamento

Outras duas mudanças feitas pelos deputados também foram rejeitadas. A primeira recompõe a participação da União no financiamento da Pnainfo. Para os senadores, retirar a União compromete a própria execução da política, pois sem a participação dos ministérios e sem as pontes que o Executivo pode estabelecer com o Poder Judiciário, será inviabilizado o alcance nacional das estatísticas.

O texto aprovado na CDH também reintroduz na Pnainfo a obrigatoriedade de dados mais completos sobre o perfil dos agressores, o que havia sido retirado na versão da Câmara. Para os senadores, esses dados são cruciais para a elaboração de políticas para

enfrentar o problema, principalmente quanto à prevenção.

Pelo texto, a política terá como base a integração de dados dos órgãos de atendimento à mulher em situação de violência no âmbito dos Poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Essas informações estarão disponíveis em sistema eletrônico para acesso rápido e pleno, ressalvados os dados cuja restrição de publicidade esteja disciplinada pela legislação. Também caberá à Pnainfo integrar e subsidiar a implementação da Política Nacional de Enfrentamento à Violência contra a Mulher.

As estatísticas sobre violência familiar e doméstica também deverão ser incluídas nas bases de dados dos órgãos do sistema de Justiça e segurança.

Também caberá à Pnainfo padronizar, integrar e disponibilizar os indicadores das bases de dados dos organismos de políticas para as mulheres, dos órgãos de saúde, de assistência social, de segurança pública e do sistema de Justiça, entre outros, envolvidos no atendimento às mulheres.

# MP que transfere imóveis do INSS para a União passa em colegiado

A comissão mista responsável pela análise da medida provisória que transfere imóveis do INSS para a União aprovou ontem relatório final do senador Dário Berger (MDB-SC). A análise da MP segue agora para o Plenário da Câmara e em seguida para o do Senado.

A MP 852/2018 transfere 3,8 mil imóveis do INSS para a União e extingue o fundo da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA), liberando imóveis que poderão ser vendidos.

Segundo o Ministério do Planejamento, os imóveis do INSS valem R\$ 6 bilhões. Já os da antiga RFFSA valem R\$ 1,4 bilhão. Em relação aos imóveis do INSS, a intenção é vendê-los. Já os da RFFSA poderão ser vendidos, cedidos ou doados para obras de infraestrutura, educação e saúde em municípios, ou em programas como o Minha Casa, Minha Vida.

## Venda facilitada

O colegiado fez 29 mudanças no texto original. Uma delas estabelece critérios para que parte dos imóveis seja vendida de forma direta, sem licitação.

O texto abre a possibilidade de que um desconto de 10% no valor do imóvel seja oferecido no processo de leilão, em caso de ausência de demanda. Também foi aprovado que todos os gastos efetuados pela União necessários ao recebimento dos imóveis sejam descontados do valor a ser compensado com as dívidas do INSS.

O parecer ainda determina que os valores de aposentadoria dos empregados da extinta RFFSA acompanhem

a tabela salarial das novas empresas para as quais esses empregados tenham migrado.

Os ocupantes de baixa renda de imóveis não operacionais da extinta RFFSA também receberão o mesmo tratamento dispensado aos demais ocupantes de imóveis da União. Isso significa que, em vez de ter o direito à compra do imóvel em condições especiais, aqueles que ocupavam o imóvel antes de 22 de dezembro de 2016 poderão conseguir a regularização gratuita.

A mesma data fica estendida às ocupações rurais.

O texto também muda os critérios de isenção da cobrança das taxas patrimoniais. Em vez do critério atual (renda de até cinco salários mínimos), será cobrada a inscrição no Cadastro Único, principal instrumento do governo para a inclusão de famílias de baixa renda em programas sociais.

Foi incluída ainda no texto a prorrogação dos incentivos fiscais do Programa Minha Casa, Minha Vida.

— Sem essa prorrogação, a construção de casas populares horizontais passará a pagar tributos superiores aos pagos pelas incorporadoras de condomínios, que contam com um regime especial de tributação — argumentou Dário.

Outro tema tratado na medida é a regularização das ocupações no Parque Nacional de São Joaquim (SC) e no Parque Histórico Nacional dos Guararapes (PE). A MP determina ainda a doação de parques urbanos federais a municípios e ao Distrito Federal. A intenção é diminuir gastos da União.

# Em crise, Proantar poderá receber recursos do Fust

A Comissão de Ciência e Tecnologia (CCT) aprovou ontem o projeto de Otto Alencar (PSD-BA) que libera recursos do Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações (Fust) para o pagamento de despesas de telecomunicações do Programa Antártico Brasileiro (Proantar).

A proposta (PLS 433/2018) segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Segundo Otto, o Proantar passa por uma profunda crise. O senador citou um documento da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) afirmando que a continuidade da presença brasileira na Antártica, existente desde 1982, corre grave risco devido à escassez de recursos.

— A UFRGS aponta que

desde 2013 não são realizados editais para a pesquisa no continente, situação que, na prática, tornará improdutivo o recente investimento na reconstrução da Estação Antártica, destruída por um incêndio em 2012. Segundo os pesquisadores, há o risco



Otto é autor do projeto e preside a Comissão de Ciência e Tecnologia

concreto de a nova estação, que custou US\$ 100 milhões, ser inaugurada sem a presença de um único cientista. Essa situação pode causar problemas à participação do Brasil no Tratado da Antártida — alertou.

O relatório de Valdir Raupp (MDB-RO) foi lido pelo senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA).

O texto citou um levantamento demonstrando desvios do Fust para pagamento da dívida pública mobiliária interna e de benefícios previdenciários. Dos R\$ 20,5 bilhões arrecadados entre 2001 e 2016 para o Fust, apenas R\$ 341 mil foram aplicados na universalização dos serviços de telecomunicações.

— Corresponde a menos de 0,002% dos recursos arrecadados — disse Flexa.

# Votação de projeto de valorização do mínimo é adiada

A votação do projeto que estabelece ganho real de pelo menos 1% ao ano para o salário mínimo foi adiada. Em reunião ontem da Comissão de Assuntos Sociais (CAS), o relatório de José Pimentel (PT-CE) sobre o PLS 416/2018 chegou a ser lido, mas Aírton Sandoval (MDB-SP) pediu vista, alegando que o texto “é muito abrangente”. A presidente da CAS, Marta Suplicy (MDB-SP), decidiu então conceder vista coletiva, adiando o exame da proposta. De Lindbergh Farias (PT-RJ), o projeto busca garantir a valorização do salário mínimo e uma política de valorização real para os benefícios previdenciários.

# Aprovado relatório de MP que reabre adesão ao Funpresp

A comissão mista da medida provisória que reabriu o prazo de adesão ao fundo de pensão dos servidores públicos aprovou ontem o relatório da deputada Rosângela Gomes (PRB-RJ).

O texto aprovado concede mais seis meses para que servidores da União possam migrar para o regime de previdência gerido pela Fundação de Previdência Complementar do Servidor Público Federal (Funpresp).

O prazo original para adesão ao Funpresp se encerrou no dia 29 de julho. Com a MP, o prazo foi prorrogado até 29 de março de 2019.

A comissão foi presidida por Paulo Rocha (PT-PA).